

7. Considerações finais

Meu primeiro contato com o Proler se deu através da imprensa, na década de 90, lendo os artigos de Eliana Yunes sobre leitura. Muito dessa produção, veiculada pelos cadernos literários dos jornais de maior circulação, expressava a fundamentação teórica que deu suporte ao programa instituído em 1992, conforme fui concluindo com o desenvolvimento da pesquisa.

Questões até então sequer pensadas eram discutidas e apresentadas para uma platéia que ainda não estava devidamente preparada para aquela revolução. Enquanto se buscavam novidades quanto a métodos de alfabetização como a única forma de acesso à leitura, insistindo em equívocos que remontavam o início do século, aqueles artigos traziam questões bem mais complexas que nos faziam perceber que a leitura transcende tão estreitos limites. Assim, começava a se configurar uma nova concepção de leitura que expandia seu significado ordinário para trazê-la sob outra roupagem, tecida à luz das teorias que se desenvolveram na última metade do século XX.

A leitura em sua dimensão política passa a adquirir visibilidade. Não se tratava mais de alfabetização e sim de leitura, e leitura que considera leitor não apenas o que domina o código lingüístico, mas aquele que lê o mundo através das várias linguagens. Leitor passa a ser uma categoria que pode abranger aquele que lê o texto escrito, mas também o que lê o melhor momento para o plantio, ou que interpreta a mudança das condições climáticas e a direção do vento, insinuando a possibilidade de outras leituras. Nessa perspectiva semiótica, propostas que privilegiavam determinados nichos da população, oferecendo-lhes acesso a um saber negado à grande maioria, são questionadas.

A escola na condição de espaço seletivo por excelência, pois, mesmo abrindo suas portas a todos, tem excluído grande contingente de crianças, jovens e adultos no processo, também se destaca como uma instituição que frustra as expectativas dos que nela confiaram, esperançosos de alcançar o acesso à justiça social.

Nestas brechas, identificadas por um grupo de pesquisadores atentos, se insinua a força instituinte do Proler a criar possibilidades de contar uma história diferente, que se pode originar das experiências de vida de um intelectual, ou ainda de um lavrador; de

uma lavadeira ou de uma professora universitária; de um artista popular, ou de um músico erudito, todos envolvidos com a leitura como questão nacional. Essa história transcende o espaço da escola e se expande sem limites, envolvendo a todos em sua trama. Todos são personagens, mas também seus autores. Este era o grande diferencial do Proler e o motivo de tê-lo escolhido como tema desta pesquisa. Ao fazê-lo, acreditava ter em minhas mãos um material de análise especialmente importante para uma reflexão mais profunda acerca da questão da promoção da leitura e da formação de leitores.

Não nego que em muitos momentos, diante da escuta dos depoimentos ou da leitura dos questionários, a perplexidade e a indignação se manifestaram. Estes sentimentos são fruto de uma implicação efetiva com a questão da leitura e da cidadania. Enquanto cidadã, é impossível não se indignar diante do pouco respeito com que são tratados documentos, registros e arquivos que representam o nosso acervo cultural. A dificuldade em conseguir amealhar documentos que pudesse usar para reconstituir a história do Proler foi grande. Muitos deles foram conseguidos com pessoas que declararam em entrevistas que os recolheram do lixo, onde haviam sido lançados após a mudança de gestão da instituição. Esta atitude não pode deixar de causar perplexidade, considerando que eram profissionais que ocupavam postos de projeção na área da leitura que estavam assumindo a responsabilidade daquele acervo.

Ainda assim, procurei restaurar o que era possível desse material e aproveitá-lo da melhor maneira, retirando dos documentos compilados o que não estava comprometido pelos efeitos do tempo ou do descuido com que foram tratados a partir da mudança. Minha intenção era, através desse material, traçar a história do programa: das idéias, propostas, depoimentos, ações, que se traduzem nos informativos, nos diários de bordo, nos documentos produzidos a partir dos encontros nacionais e internacionais, no material que compunha os módulos e nos registros das experiências de outras realidades, tanto em nosso território quanto nos demais países. Fiel a estes propósitos, procurei utilizar, após a seleção, os registros que consegui, uns na íntegra, outros em parte, optando por incluir alguns dos seus fragmentos no texto da tese e não apenas nos anexos, de modo que, através de sua leitura comentada, se pudesse avaliar a singularidade do programa.

O Proler pode ser considerado um programa bem articulado e tinha as condições necessárias para se instituir como a primeira política pública de leitura no país, se

tivesse contado com o apoio das instituições governamentais. Sua proposta fundamentava-se em experiências em processo em outros países da América Latina que também privilegiaram a questão da leitura como motor do crescimento e do desenvolvimento. Segundo dados da pesquisa, após três anos de ações para a promoção da leitura, a população dos municípios que aderiram à proposta já tinha sido conquistada. O compromisso das universidades, das escolas, das prefeituras locais, do empresariado, das instituições públicas e privadas, enfim, de todos os que viveram aquela experiência pode ser comprovado a partir dos depoimentos que compõem parte dessa pesquisa.

Que houve falhas no programa, admite-se. Na condição de pesquisa intervenção, categoria na qual se inclui, o Proler configurava-se uma ação em processo. Esta condição demandava correções que se fariam nas situações e nos momentos necessários. Muitas correções foram feitas, segundo alguns depoimentos, mesmo porque os encontros para avaliação e retomada das ações faziam parte da proposta. Isto não impediu que em certas circunstâncias exageros fossem cometidos, como se depreende de alguns depoimentos. Difícil controlar as emoções quando se desenvolve uma proposta que afeta o ser humano em sua subjetividade. E isto pode ser deflagrado a partir de um conto, de uma história, de um texto literário, pois literatura é vida. A literatura trata das questões existenciais do ser humano. É de se esperar, portanto, que a leitura do texto literário tenha o condão de nos formar e também de nos transformar, como propõe Larrosa (1998).

Quando aconteceu a crise de 1996, ocasião em que o Proler passou por radical mudança, de modo a atender as expectativas de uma proposta antidemocrática e conservadora, a imprensa noticiou o fato e então se percebeu como tinha sido importante o que acontecera na gestão que se iniciara em 1992 e que então se encerrava. Para espanto dos que acompanhavam o noticiário, o tema em pauta era a leitura. Talvez esse tenha sido o maior ganho do Proler: trazer a questão da leitura para o palco das discussões sobre políticas públicas nacionais voltadas para a sua promoção.

O Proler hoje pode ser avaliado a partir dos depoimentos de profissionais que ainda continuam lutando pela sua sobrevivência. Alguns participaram da experiência inicial entre 1992 e 1996, outros já o conheceram em seu segundo momento. Uns e outros são profissionais comprometidos com a promoção da leitura e ler estes

depoimentos permite que conheçamos um pouco da realidade que ainda vivemos em relação ao grande desafio que mobilizou a criação do Proler.

Discutindo a questão das políticas de leitura no Brasil, e relacionando o tema com a história do Proler, Amália Dumont, do núcleo de Araxá, comenta:

As políticas públicas de leitura já foram exaustivamente debatidas, criadas e reformuladas. O que precisamos hoje é cobrar para que sejam executadas de fato. Não há muito que se fazer sem um mínimo de recursos. Infelizmente, o que temos presenciado se resume em brigas de poder e vaidades. Nada se concretiza fora do papel. No que se refere ao Proler, não se pode deixar de salientar que é um programa que foi capaz de sobreviver sem o apoio do estado, porque sempre contou com o sangue de quem vive o dia-a-dia na batalha para colocar o livro ao alcance de todos, através dos comitês regionais. Mas esta situação não é justa. É indiscutível que quem sonhou e criou o Proler foram e são pessoas da maior competência. Alguns se desencantaram com ele e outros o tomam como sua propriedade. É necessário um avanço democrático, no sentido de dar aos comitês regionais uma representatividade real na coordenação do programa. Temos sofrido desde 2004, um trânsito grande na coordenação do Proler. Reuniões de gabinete não farão nossas crianças se aproximarem dos livros. É preciso fazer as verbas que já existem chegarem a quem realmente entende e trabalha para isto. (Dumont, questionário anexo).

Bartolomeu Campos de Queirós, escritor e educador que participa das ações do Proler desde a sua criação fala um pouco da transição e de como o programa tem resistido.

[...] até hoje o nome do Proler ainda circula muito, tem muitos estados que ainda fazem encontros do Proler sem ajuda nenhuma do Ministério, mantêm o nome. Por exemplo, o grupo de Natal foi um grupo nosso que depois que houve esse rompimento, que depois que a metodologia passou a ser outra e que a ajuda que a Biblioteca passou a dar era uma ajuda de mandar uma pessoa, e não tinha a ver conosco, mesmo assim esses grupos conseguiram se manter. Então esse grupo do Rio Grande do Norte que conseguiu fazer muito bem os encontros do Proler sozinhos, por eles mesmos, o do Maranhão, a Rosa, do Maranhão, conseguiu continuar fazendo os encontros dela... O grupo de Araxá, em Minas Gerais, que até hoje tem os encontros do Proler e vários lugares mantêm esse Proler, mas eles fazem isso sem muita..., sem ajuda da Biblioteca Nacional. Mantêm porque acreditam na proposta e vão fazendo “aquela proposta” original. A turma de Natal, a Erileusa, o Adriano, a Salizete, são pessoas que continuam mantendo... Eu fui lá pelo Proler ano passado. Esses grupos permanecem fiéis ao programa e não recebem nada da Biblioteca, que houve uma parada, que não se desenvolveu, e também entrou o outro governo Lula, que confundiu a coisa toda, que não deu continuidade. Mas tem muitos lugares que continuam fazendo encontro do Proler, no Brasil. Muitos lugares: Joinville, Vitória da Conquista. Agora eu estive, ano passado em Itapetinga. Fui com a Heleusa. Éramos todos pessoas do antigo grupo. Estávamos eu, Maria Helena Martins, a Heleusa, o Sílvio Carvalho, a Conceição... A menina de Itapetinga chama Helena, é da Universidade e continua fazendo o Proler todo ano. Esse ano até ela me convidou rapidinho para fazer uma abertura pra ela.

Então tem vários lugares em que o Proler continua. A Erileuza, em Natal, é da Secretaria de Educação. Ela e a Salizete são as duas que mobilizam a comunidade e fazem encontros e continuam fazendo até hoje: Natal, Maranhão, Joinville, Araxá, Vitória da Conquista, Caxias do Sul. Passo Fundo tem aquelas jornadas literárias da Tânia (Rösing), porque a Tânia foi também uma das colegas de viagem nossas (Queirós, 2008).

Outro depoimento relevante é o de Eliana Pszczol, Coordenadora Nacional do Proler, na época dessa entrevista, e do qual extraímos o seguinte fragmento:

O que eu acho importante falar do Proler e da Casa da Leitura: o Proler hoje eu sou a Coordenadora Nacional, e funciona assim: nós temos comitês espalhados pelo Brasil. Hoje são cerca de setenta comitês oficiais. Quando eu entrei aqui há três anos atrás, o Proler tinha ficado quase três anos, praticamente abandonado, pela Fundação Biblioteca Nacional, assim, de 2003 a 2005. Quando, em 2005, o Professor Muniz Sodré assumiu a presidência, ele colocou como uma questão importantíssima para a Biblioteca Nacional que o Proler [funcionasse], então logo depois ele me convidou. Mas este período que ficou meio “em banho-maria”, desarticulou totalmente a relação com os comitês. O Proler, aqui, nacional, a sede perdeu contato com que estava se fazendo fora. Então o nosso primeiro ano, um ano e meio assim foi de resgate dessas relações. O Proler foi o primeiro programa de incentivo a leitura no país. Ele tem 15 anos, eu acho que nenhum programa dura 15 anos. Então, muda governo, sai governo, mesmo nesses três anos em que ficou parado, como as pontas já estavam muito azeitadas, ele continuou. Ele é um programa pioneiro, foi a primeira vez que se discutiu uma política de leitura no país. Agora infelizmente a gente ainda continua discutindo, porque não teve nenhum governo que tivesse vontade política realmente de implantá-las. (Eliana Pszczol, Coordenadora Nacional do Proler).

Estas falas confirmam que existem ações de promoção da leitura difundidas pelo país a partir das propostas do Proler (1992-1996). São ações que acontecem não só nas grandes cidades, mas disseminadas por outros locais, às vezes tão distantes, tão abandonados e tão esquecidos, nas disputas políticas pelo poder, que só se mantêm pelo compromisso solidário e fraterno de levar a leitura a essas populações.

Finalizando este trabalho que desenvolvi paralelo a uma pesquisa que analisou seis mil projetos de leitura posso afirmar que o Proler (1992-1996) permanece vivo e atuante. Esses projetos foram inscritos no Prêmio Vivaleitura, instituído pelo MEC para valorizar ações de promoção da leitura que acontecem em todo o país. O resultado dessa análise compõe um relatório entregue àquele ministério, em 30 de julho do corrente ano, e mostra que muitos dos projetos avaliados tiveram sua origem nos núcleos criados no período em que o Proler iniciou suas ações e que, mesmo com as mudanças que o programa sofreu, a partir de 1996, mantiveram e expandiram a proposta inicial dentro da mesma filosofia.